



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

BIÊNIO 2014-2015

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às oito horas e quarenta minutos, na
2 sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia,
3 reuniram-se os seguintes membros do Consup: O Magnífico Reitor do Instituto Federal de Rondônia e
4 Presidente do Consup, Prof. **Uberlando Tiburtino Leite**; os Profs. **Angélica Maria de Toledo**
5 **Brogin** e **José Sodr  de Oliveira**, Representantes Titulares dos Docentes, e o Prof. **Sílvio Luís de**
6 **Freitas**, como Suplente; o Sr. **Tiago Lins de Lima**, Representante Titular dos Técnico-
7 administrativos, e o Sr. **Thiago Pacife de Lima**, Representante Suplente dos Técnico-administrativos,
8 convocado em razão da aus ncia da Titular, Sra. Juliana Vieira Saldanha; o Sr. **Carlos Renato**
9 **Romano**, Representante Titular dos Discentes; os Srs. **Vanderley Ant nio Chorobura Klein** e
10 **Sigumar Francisco da Cruz**, Representantes Titulares dos Egressos; os Profs. **Osvino Schmidt** e
11 **Miguel Fabrício Zamberlan**, Representantes Titulares do Colégio de Dirigentes; o Sr. **Alvino**
12 **Moraes de Amorim**, Representante Suplente do Sinasefe/RO, convocado em razão da ausência do
13 Titular, Prof. Edilberto Fernandes Syrczyk. Justificaram suas ausências, os seguintes conselheiros
14 titulares e suplentes: Orlando Francisco de Souza, José Luiz Guimarães Pereira, Edilberto Fernandes
15 Syrczyk, Juliana Vieira Saldanha, Daniel Pereira e Wilson Conciani. O Presidente do Consup, Prof.
16 Uberlando, conferiu a lista de presença, que contou com onze conselheiros, constatando que havia o
17 *qu orum* necessário e, em razão disso, iniciou a reunião. O Prof. Uberlando informou ao Conselho que
18 a antecipac o da reunião, do dia vinte e oito de abril para o dia vinte e sete, se deu em razão de ele ter
19 sido convocado pela SETEC/MEC para participar, no dia vinte e oito, no MEC, em Brasília,
20 juntamente com os demais reitores dos Institutos Federais da região norte, de uma reunião com o
21 Secretário da SETEC/MEC, Prof. Marcelo Feres, com o objetivo de discutirem sobre o orçamento
22 desses institutos. Informou que, atualmente, a defini o do orçamento de todos os Institutos Federais  
23 feita com base nos mesmos critérios, apesar de o custo para a execu o das a oes institucionais ser
24 bem mais elevado na região norte em rela o às demais regiões do país. Em adi o, informou que no,
25 dia vinte e nove, participar  de outra reunião, também na SETEC/MEC, para tratar sobre demandas
26 específicas do Câmpus Guajará-Mirim. Ao ser aberta aos demais Conselheiros para informes, a Profa.
27 Angélica questionou a Resolu o 34 que regulamenta a distribu o da carga horária docente no IFRO,
28 pois a portaria 1025, que a regulamenta, dispõe sobre como a forma de distribu o da carga horária
29 deve ocorrer, e que da forma como está não reflete a realidade. Essa Resolu o não passou pela
30 aprova o do atual conselho, visto que a data de aprova o dela   23 de setembro de 2014. Pergunta
31 aos demais conselheiros se tinham o registro dessa resolu o ter passado pelo conselho e eles
32 afirmaram que não. A partir disso o Uberlando disse que iria pedir para verificar o que ocorreu com o
33 processo da minuta dessa resolu o e quem foi da comissão responsável. O Prof. Uberlando deu
34 prosseguimento aos trabalhos, fazendo um relato da situa o econ mica do Instituto. Informou que até

35 o momento o IFRO recebeu, apenas, o equivalente a quarenta e nove por cento dos recursos
36 necessários para fazer o pagamento das despesas apropriadas, o que implica dizer que cinquenta e um
37 por cento dos fornecedores estão sem receber. Lembrou que inicialmente falava-se em um corte de
38 trinta por cento do orçamento. Contudo, o corte real estava sendo de cinquenta e um por cento, e que,
39 por esse motivo, algumas ações institucionais estavam paralisadas, aguardando a definição do
40 orçamento por parte do governo federal. Em reunião com a setec/MEC, foi informado de que nos
41 Institutos Federais, em média, oitenta e um por cento dos fornecedores estavam sem receber. Enfatizou
42 que, historicamente, os Institutos Federais não atrasavam pagamento aos fornecedores, diferentemente
43 do que estava ocorrendo no primeiro semestre de 2015. Informou aos diretores-gerais que existe a
44 garantia, pelo Secretário Executivo do MEC, de que até o dia vinte e sete de maio haverá a liberação
45 dos recursos, de modo que haverá um atraso de quarenta dias; e que, possivelmente, o valor liberado
46 não será suficiente para quitar todos os débitos anteriores com os fornecedores. Em razão disso, os
47 gestores terão que definir como prioridade para o pagamento: primeira - a Assistência Estudantil, com
48 objetivo de manter os alunos na escola; segue os terceirizados, por se tratarem de serviços essenciais
49 ao desenvolvimento das atividades institucionais. Frisou que será necessário planejar as ações mais do
50 que se fazia antes, de modo a otimizar, cada vez mais, o uso dos recursos disponíveis. Informou que os
51 reitores dos Institutos Federais solicitaram ao MEC que solicitasse ao MPOG prioridade para a
52 Educação, minimizando os cortes nesse ministério, visto que o lema do governo federal é “pátria
53 educadora”. Solicitaram, também, que o MEC não defina, sem ouvir os Institutos Federais, o corte no
54 orçamento, possibilitando aos mesmos a definição de suas prioridades, evitando até mesmo uma
55 responsabilização dos gestores por ordenar uma despesa sem ter o controle financeiro dentro do
56 orçamento. Informou, ainda, que, em sua última reunião, o Colégio de Dirigentes discutiu a realização
57 dos Jogos do IFRO, analisando o montante de recursos, da ordem de quinhentos mil reais (R\$
58 500.000,00), estimado para a realização desse evento em Ariquemes-RO, concluindo que, na atual
59 conjuntura, isso não seria viável e, em razão disso e com o objetivo de reduzir a demanda de recursos,
60 foi solicitado ao Câmpus Colorado do Oeste apoio para a realização dos Jogos naquele Município. A
61 Diretora-Geral daquele Câmpus está dialogando com a comunidade para verificar essa possibilidade.
62 Também foi deliberado no Colégio de Dirigentes que seria dada prioridade à participação do IFRO em
63 eventos regionais e internos, como o Congresso de Pesquisa e Extensão do IFRO – CONPEX, e o
64 Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI, que, em 2015, será realizado em
65 Rio Branco-AC. O IFRO participará do III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica,
66 que será realizado em Recife-PE, de 26 a 29/05/2015, com apresentação de Projetos desenvolvidos por
67 Servidores e Alunos do Instituto. Porém, em 2015, a participação de Servidores e Alunos em eventos
68 será definida por critérios mais rigorosos, sendo necessário que o participante tenha, no mínimo,
69 trabalho para ser publicado. Do contrário, as despesas não serão custeadas pelo IFRO. Sobre o
70 Câmpus Guajará-Mirim, o Prof. Uberlando informou que o Professor Schoaba concedeu uma
71 entrevista à imprensa, tratando sobre a implantação daquela Unidade, e que a notícia foi tratada com
72 conotação negativa, visto que, ao invés mostrarem que é uma obra muito bem acabada e que está
73 sendo entregue para servir à população, foi noticiado, equivocadamente, que o Câmpus ainda não tem
74 orçamento nem energia. Todavia, a obra foi recebida provisoriamente para essas finalizações e na
75 verdade dispõe de um orçamento de um milhão e trezentos mil reais. Este orçamento realmente não
76 deveria estar à disposição, por se tratar de um Câmpus sem alunos, visto que o orçamento dos Câmpus
77 é vinculado ao número de alunos. No entanto, em razão da previsão de as atividades do Câmpus
78 Guajará serem iniciadas já em 2015, o IFRO conseguiu junto à SETEC/MEC a liberação daquele
79 valor, para o custeio de serviços mínimos, a exemplo de vigilância, limpeza e manutenção, energia e
80 internet. O Presidente do Conselho informou que a Profa. Fabíola, na próxima semana, irá à Guajará-
81 Mirim e Guayara-Mirim, na Bolívia, para discutir propostas de cursos, e levantar demandas para
82 aquele Câmpus. Em visita àquela cidade, antes da posse, o Prof. Uberlando constatou a necessidade de

83 não dar a impressão que a obra estava abandonada, por isso o Prof. Vagner Schoaba foi nomeado
84 como Assessor Especial para a implantação da Unidade, e que o mesmo já está residindo em Guajará,
85 com o objetivo de iniciar as relações prévias necessárias à instalação definitiva do Câmpus Guajará-
86 Mirim, cujo Polo EaD tem o maior número de alunos do Instituto, e em junho será realizado processo
87 seletivo de alunos para o curso Técnico em Informática, concomitante ao Ensino Médio, cursos de
88 Formação Inicial e Continuada – FICs, além daqueles que já são ofertados via EaD, a fim de dar início
89 às atividades do Câmpus. Sobre o tema Concurso, o IFRO tem direito a cerca de setecentas vagas para
90 docentes no Banco de vagas da SETEC/MEC, e tem cerca de quatrocentos docentes em exercício, e
91 que as vagas remanescentes precisam ser preenchidas. Por isso o IFRO precisa realizar o concurso
92 público para não correr o risco de perdê-las, tendo em vista que a SETEC/MEC poderá recolher os
93 códigos de vagas não preenchidos e cedê-los a outras instituições que deles carecem para o
94 desenvolvimento de suas atividades. Em razão do sério problema de, para cada concurso de servidores
95 e processo seletivo de alunos, ser designada uma Comissão diferente, composta por membros que,
96 quase sempre, não possuem experiência nesse tipo de atividades, foi efetivada a, já existente,
97 Comissão Permanente de Exames do IFRO – COPEX, para a qual foi nomeada a servidora Carla
98 Adrielle Ramos Coelho, pertencente ao quadro de servidores da Reitoria, e que coordenará a realização
99 de todos os concursos que forem realizados pelo IFRO. O Prof. Uberlando abordou o tema da
100 cobrança de taxa de processo seletivo para ingresso de alunos no IFRO, e solicitou que o Conselho
101 avalie uma proposta para isenção das taxas, visto que a cobrança de taxa de inscrição pesa
102 negativamente na efetivação das inscrições e que, por ser o IFRO uma instituição pública e gratuita, é
103 relevante que seja elaborada uma solução para essa questão. A ideia deverá ser amadurecida no
104 Colégio de Dirigentes e posteriormente trazida para deliberação no CONSUP. Informou que a
105 disparidade existente entre as carreiras de docentes e de técnico-administrativos foi discutida na última
106 reunião do Conselho dos Institutos Federais – CONIF, e que foi definida a proposta do
107 Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os Técnicos-Administrativos em Educação, a
108 exemplo do que ocorre atualmente para docentes, numa perspectiva de minimizar a desigualdade entre
109 as categorias. Informou que, por se tratar de retribuição por titulação, os docentes das Universidades
110 Federais também estão pleiteando o RSC e que, nos Institutos Federais, os docentes com doutorado
111 estão reivindicando o RSC IV, como uma forma de atrair e fixar doutores nessas Instituições.
112 Contudo, em razão de não haver retribuição por titulação além do doutorado, existem posicionamentos
113 contrários a essa concessão. No entanto, é consenso de que se faz necessária a implantação de políticas
114 de atração de doutores para os Institutos Federais, bem como para a permanência daqueles que já
115 atuam nessas Instituições. Destacou que a inexistência do TAE substituto é um fator que dificulta o
116 afastamento do Técnico-Administrativo para participação em programas de capacitação de longa
117 duração, a exemplo de mestrado e doutorado. O Conselheiro Tiago Lins informou que haverá uma
118 reunião com o Sindicato Sinasefe e o Prof. Marcelo Feres, Secretário da SETEC/MEC, sobre uma
119 alternativa para consolidar essa questão, e que seria apresentada uma proposta idêntica a dos docentes,
120 tendo um quadro de TAE substituto, sendo definitivamente a figura do TAE temporário uma
121 perspectiva negativa. O Prof. Uberlando relatou que foi entregue ao MEC, inclusive com previsão
122 orçamentária, uma proposta sobre essa demanda, e que a SETEC/MEC que iniciou essa discussão ao
123 perceber o impacto negativo dessa problemática. Outra questão abordada pelo CONIF foi que as
124 Procuradorias junto às Instituições nem sempre têm o mesmo entendimento sobre o mesmo assunto e
125 que, em razão disso, as Instituições, com base nos pareceres de seus respectivos procuradores, adotam
126 procedimentos diferentes para a mesma questão, criando uma situação de conflito, já que os servidores
127 têm os mesmos direitos, independentemente da Instituição em que atuem. Para exemplificar, pode-se
128 citar o pagamento de auxílio transporte, em que alguns Institutos concedem o auxílio
129 independentemente do meio de transporte utilizado pelo servidor. Em razão disso, foi criada uma
130 Câmara da AGU para discutir assuntos específicos dos Institutos Federais, possibilitando a

131 padronização dos pareceres e, por conseguinte, das deliberações dos gestores das diferentes
132 instituições. Também foi abordado sobre o controle de ponto dos professores, visto que, em razão de
133 equiparação da carreira de Magistério Superior e Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
134 – EBTT, a AGU emitiu um parecer em que se posiciona pela dispensa de controle de ponto do docente
135 EBTT. O que não se pode dispensar é o controle das atividades dos docentes, a otimização do tempo, a
136 qualidade do atendimento ao aluno e de todas as atividades docentes. O Prof. Uberlando apresentou os
137 dados do IFRO contidos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
138 – SISTEC, dando ciência ao Conselho sobre a acentuada redução de matrículas e elevada evasão de
139 alunos, nos diversos cursos e níveis de ensino ofertados pelo IFRO. Destacou a atenção que será
140 dispensada pela gestão ao controle da qualidade do ensino e à definição do perfil do egresso dos
141 diversos cursos, a fim de obter sucesso na inserção socioeconômica dos mesmos e, assim, atender as
142 reais demandas da Sociedade. O Professor Sílvio citou que a evasão de, em média, cinquenta por cento
143 na Licenciatura em Física ofertada pelo Câmpus Porto Velho Calama se deve a uma carga de
144 disciplinas muito pesada, levando à evasão, e que isso precisa ser revisto. Para os alunos no primeiro
145 ano do curso, ele sugere a possibilidade de uma equiparação em matemática, para que eles estejam
146 aptos a acompanhar as aulas. O Professor Uberlando apontou que essa queda no número de matrículas
147 era inesperada, visto que, em razão de os Câmpus ainda estarem ampliando o número de servidores
148 docentes e técnico-administrativos, de cursos e de vagas, esperava-se que o número de matrículas,
149 mesmo com ocorrência de evasão, estivesse aumentando. Para o enfrentamento a essa situação,
150 solicitou a participação efetiva do CONSUP, enfatizando a importância do Conselho para a gestão do
151 Instituto. Informou que, em razão de mudanças nas equipes gestoras dos Câmpus Cacoal e Colorado
152 do Oeste, o Professor Miguel Zamberlan passaria a representante titular do Colégio de Dirigentes no
153 CONSUP, em lugar do Professor Juliano Cristhian Silva, tendo o Colégio de Dirigentes eleito o
154 Professor Fernando Antônio Sampaio Rebouças, Diretor-geral do Câmpus Ji-Paraná, como suplente
155 do Professor Miguel, e o Professor Davys Sleman de Negreiros, Diretor-geral de Cacoal, como
156 suplente do Professor Osvino Schmidt. Informou que será realizada eleição para suplentes da categoria
157 discentes. O Conselheiro Edilberto Fernandes Syrczyk enviou uma carta de renúncia para esse
158 mandato. O Professor Uberlando informou que faria, nessa reunião, a apresentação dos Pró-Reitores e
159 Diretores Sistêmicos, mas que, em razão da ausência de dois Pró-Reitores, que estão em viagem a
160 trabalho, os apresentará ao Conselho na próxima reunião deste. Ele mencionou a situação da Comissão
161 Permanente de Pessoal Docente – CPPD, que, além de outras demandas cuida das progressões e RSC
162 para os docentes, conta, atualmente com a atuação de apenas três membros, que não conseguem
163 atender a elevada demanda de atribuições daquela Comissão. Sobre o Portal do IFRO, informou que a
164 Ascom está finalizando o processo e que a empresa contratada para desenvolver o Portal está
165 realizando os testes finais para que o site possa entrar no ar. Destacou que essa é uma ferramenta
166 essencial para melhorar a comunicação interna e externa do IFRO, possibilitando maior transparência
167 às ações institucionais. Informou sobre a necessidade de se fazer a revisão do atual Plano de
168 Desenvolvimento Institucional - PDI e que, para isso, a PRODIN iniciará um trabalho de reavaliação
169 desse importante documento pela Comunidade Acadêmica, para que o mesmo contemple ações
170 sistêmicas e represente os anseios reais das comunidades interna e externa, possibilitando ao IFRO o
171 alcance de seus objetivos e missão. Informou que será apresentada ao Conselho uma proposta para a
172 reorganização da estrutura organizacional do Instituto, para adequação dos organogramas dos Câmpus
173 e Reitoria. O Professor Osvino parabenizou pela forma franca e a maneira como está sendo endereçada
174 as questões de interesse do Instituto, parabéns pela exposição franca e clara, que aumenta a confiança
175 no presidente do Conselho e deseja sucesso ao reitor, que é o sucesso dessa instituição. O Senhor
176 Tiago Lins também fala da importância da transparência das informações fornecidas pelo reitor. O
177 Professor Uberlando comenta sobre o gráfico do MEC, onde até dois mil e doze houve crescimento do
178 Instituto, e ressalta que de dois mil e doze a dois mil e quatorze, dos investimentos que foram

179 realizados no IFRO, foi constatada redução significativa. É necessária a construção do prédio da
180 reitoria, que está instalada em um prédio alugado, com área insuficiente para comportar,
181 adequadamente, o seu quadro de pessoal. Além disso, há, ainda, a necessidade de implantar e/ou
182 equipar alguns laboratórios didáticos nos diversos Câmpus, construir e/ou reformar unidades
183 poliesportivas para as atividades didático-pedagógicas da área de Educação Física, o que implica em
184 melhor planejamento para a aplicação dos recursos orçamentários do Instituto. O Senhor Elias dos
185 Reis Lima, analista de tecnologia da informação - TI, apresentou uma ferramenta de TI que está em
186 desenvolvimento no IFRO para auxiliar os gestores no planejamento, execução, acompanhamento e
187 replanejamento das ações institucionais, fornecendo informações reais em todas as áreas de atuação do
188 Instituto, e explica como extrair os dados consolidados de orçamentos, de gestão de pessoas, de
189 sistema acadêmico, para exemplificar. Essas são informações essenciais para auxiliar na governança,
190 como verificar o quantitativo total de matrículas do IFRO, por Câmpus, por período letivo, dentre
191 outro exemplo: por curso, pode-se avaliar a perspectiva de o aluno manter-se no curso, dados quanto a
192 retenção, quantas vagas foram abertas, ou ainda analisar a faixa de renda dos alunos por câmpus
193 dentro de uma faixa que se deseje observar, por exemplo, de dois a cinco salários mínimos, e o
194 número de pessoas na família para facilitar a objetivar as ações da assistência estudantil. Pode-se com
195 esses relatórios avaliar as políticas institucionais de assistência estudantil para identificar quem são os
196 alunos socioeconomicamente vulneráveis a fim de mantê-los na escola, verificar o rendimento de
197 alunos, as demandas EaD por municípios, por polos, e o perfil dos alunos para planejar as atividades
198 dos cursos e a gestão de pessoas necessária, o orçamento também poderá ser monitorado. Todas estas
199 informações serão disponíveis à população, serão dados públicos para que o cidadão possa fiscalizar e
200 cobrar. A ferramenta é ampla em suas opções e cada um pode acessar conforme a necessidade. No
201 entanto, para a implantação dessa ferramenta, há a necessidade de alimentação das informações nos
202 sistemas acadêmico e administrativo em implantação no IFRO. Em seguida, o Presidente consultou ao
203 Conselho sobre a ata da sexta reunião ordinária do Consup, item três ponto um da pauta, ocorrendo a
204 aprovação unânime da mesma. Dando sequência ao item três ponto dois, a Professora Angélica
205 apresenta seu parecer sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Agropecuária Integrado
206 ao Ensino Médio, ofertado pelo Câmpus Cacoal, que já havia sido aprovado *ad referendum*. A
207 Professora Angélica leu o histórico do processo e em seu parecer constatou que o documento
208 contempla as informações necessárias para desenvolver o que se propõe. No entanto, conforme as
209 orientações da Resolução nº 42/2010 do IFRO, há um déficit de duzentas horas na carga horária das
210 disciplinas de Base Nacional Comum (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática,
211 Química, Física e Biologia), diferindo também da carga horária da matriz do mesmo curso ofertado
212 nos Câmpus Ariquemes e Colorado do Oeste. Assim, recomenda-se que seja feito o ajuste da carga
213 horária nas disciplinas de Base Nacional Comum apontadas. Ela recomendou que o PPC seja
214 aprovado, desde que a alteração por ela sugerida seja aceita. O Professor Osvino destacou a
215 importância de se ter uma política de obediência à legislação, e quando um Câmpus for iniciar a oferta
216 de um curso que já existe no IFRO, deverá seguir o PPC que já está em execução e, caso haja a
217 necessidade de se fazer alterações nesse PPC, a exemplo da Matriz, a nova proposta deverá ser
218 submetida à apreciação do Colégio de Dirigentes, para que se proceda a alteração e adoção por todos
219 os Câmpus que ofertam o referido curso. Com o objetivo de possibilitar a mobilidade do Aluno dentro
220 do Instituto (transferência entre os Câmpus, por exemplo), não é aceitável que haja tanta diferença
221 entre as matrizes curriculares de um mesmo curso. O Professor Sodré posicionou-se favoravelmente à
222 padronização dos cursos, inclusive com Institutos Federais de outros estados. O Professor Sílvio
223 comentou que padronizar a base comum, e deixar uma margem discricionária para o Câmpus, seria o
224 ideal já que determinado Câmpus poderá não ter condições de ofertar a disciplina sem ter o
225 profissional com perfil adequado, ou, ainda, o perfil do mercado do município pode ter uma
226 necessidade específica. O Senhor Sigumar mencionou que, para que seja feita a habilitação do egresso

227 no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, o PPC do curso deve estar
228 de acordo com as recomendações daquele Conselho . O Professor Uberlando esclareceu que no início
229 da implantação dos Institutos Federais, a SETEC/MEC recomendou que oitenta por cento da matriz
230 curricular dos cursos técnicos, a exemplo de Agropecuária, fossem comuns nas diferentes regiões do
231 país e que os vinte por cento restantes fossem utilizados para atender as demandas específicas dos
232 arranjos socioeconômicos locais, de modo que o egresso pudesse atuar em todo o país. Porém, não
233 houve definição sobre esse assunto. Salientou que, para os cursos do IFRO, há que se refletir se dentro
234 de Rondônia existe a necessidade de ofertarmos um mesmo curso em mais de um Câmpus e, caso haja
235 a justificativa para isso, se há a necessidade de matrizes distintas, já que os egressos irão atuar em todo
236 o Estado de Rondônia, e não somente no município ou na microrregião do Estado onde está localizado
237 o Câmpus. Enfatizou que, portanto, devemos nos atentar, ao definir a oferta e as matrizes dos nossos
238 cursos, ao perfil do egresso demandado pela Sociedade, ofertando matrizes distintas somente se
239 houver a demanda por perfis diferentes. Ele solicitou uma reflexão para que a essa padronização
240 aconteça. O PPC foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao item três ponto três da pauta, que tratava
241 sobre o PPC Pós-graduação *Lato sensu* em Geoprocessamento Ambiental, também de relatoria da
242 Professora Angélica, que leu o histórico do processo, e apresentou o parecer favorável à aprovação do
243 projeto, informando que as alterações realizadas na matriz curricular se referem ao acréscimo de
244 quatro disciplinas para atender as exigências do CONFEA/CREA, bem como a reorganização da carga
245 horária entre as disciplinas, com o objetivo de habilitar o egresso a assumir responsabilidade técnica
246 conforme requerido por aquele conselho profissional. A disciplina Legislação Ambiental foi
247 suprimida, mas o conteúdo dessa disciplina está contemplado na ementa das demais. Além disso,
248 houve o acréscimo das ementas das novas disciplinas e a atualização do corpo docente, que é
249 composto por oitenta por cento de servidores do IFRO e vinte por cento por colaboradores externos. O
250 documento contempla as informações necessárias para desenvolver o que se propõe. No entanto, deve
251 ser feita a correção da resolução que aprova o PPC (Resolução nº 45 IFRO, de vinte de dezembro de
252 dois mil e onze), visto que a mesma foi revogada e substituída pela Resolução nº 12 IFRO, de doze de
253 março de dois mil e doze. Sugeriu ainda a atualização das informações sobre membros da coordenação
254 do curso, bem como o ajuste das datas do cronograma das atividades do curso. As alterações na matriz
255 curricular, inserção das ementas das novas disciplinas e atualização do corpo docente estão aprovadas
256 desde que as sugestões sejam aceitas. O Conselho aprovou a readequação da matriz para conformidade
257 com o CREA, visto que a matriz anterior não foi colocada em prática, mas somente essa que foi
258 avaliada pelo Conselho. Além disso, os alunos já estão em fase de conclusão do curso, necessitando,
259 portanto, da aprovação da referida matriz pelo Consup. O Professor Osvino reforçou a importância de
260 essas circunstâncias não se repetirem, no que se refere às matrizes, mas acredita que devido à
261 regularização de vários PPCs pelo Consup, este tipo de problema esteja chegando ao fim. O Professor
262 Uberlando concordou e solicitou atenção aos diretores-gerais e diretores de ensino para não deixarem
263 para consultar os Conselhos profissionais somente após a aprovação do PPC e o início do curso. O
264 PPC foi aprovado com as recomendações da relatora. O Senhor Tiago Pacife apresentou seu parecer
265 sobre o Plano de Cultura do IFRO, item três ponto quatro da pauta, e recomendou que foi feita a
266 revisão de texto, e comentou que talvez tenha havido falha da Proex, que quase perdeu a oportunidade
267 de o IFRO angariar recursos externos, visto que o edital somente saiu no último dia da prorrogação do
268 MEC. Em razão disso, recomendou mais atenção à primeira chamada desses editais. O Projeto foi
269 aprovado por unanimidade. O Professor Uberlando solicitou que o parecer do relator fosse
270 encaminhado à Proex, para conhecimento e encaminhamentos necessários. O Professor Uberlando
271 apresentou a Senhora Leiliane Borges Saraiva, chefe da auditoria interna, que argumentou fez uma
272 exposição sobre o regimento da auditoria interna, item três ponto cinco da pauta. O relator Thiago
273 Pacife recomendou que se fizesse a revisão de texto. Destacou que a minuta do regimento precisa ser
274 adequado à legislação, no que se refere aos profissionais que podem compor a auditoria interna

275 (Bacharelado direito, economia ou contabilidade). Informou que as informações referentes às
276 atribuições do setor, do chefe e do auditor encontram-se espalhadas ao longo do documento, sugerindo
277 a aproximação das mesmas no texto. Sugeriu, também, a alteração do Regimento do CONSUP para
278 incluir como competência do Conselho a aprovação do Paint, além da possibilidade de aprovação e
279 alteração do regimento/manuais da Auditoria Interna. Sugeriu que, em razão das muitas alterações
280 que deverão ser feita à minuta, fosse elaborada uma nova minuta para ser aprovada em outro momento
281 pelo Conselho. A Senhora Leiliane esclareceu que a auditoria interna do IFRO já vem se estruturando
282 há algum tempo e que, dentre várias recomendações feitas pela CGU, a primeira foi a necessidade de o
283 Instituto vincular a sua auditoria interna ao Conselho Superior, o que já foi realizado. Quanto aos
284 profissionais que podem atuar na auditoria interna, segundo a Senhora Leiliane, a legislação cita como,
285 preferencialmente, as formações mencionadas pelo Conselheiro Tiago Pacife, de modo que os cargos
286 na auditoria interna podem ser ocupados por profissionais de qualquer formação. Enfatizou que a
287 CGU já se posicionou quanto a esse assunto. Informou que os trabalhos da auditoria interna são
288 aprovados no Plano Anual de Auditoria – Paint, onde são detalhadamente especificadas quais as
289 atividades que serão executadas, e que esse Plano é aprovado pela AGU e pelo Consup, como sugeriu
290 o Conselheiro Tiago Pacife. Enfatizou que a proposta apresentada refere-se ao regimento geral da
291 auditoria interna e que, por isso, não será possível delimitar as áreas de controle a serem auditadas,
292 pois as mesmas são estabelecidas no Paint. O Professor Sílvio questionou se há permissão legal para
293 docentes fazerem parte da equipe da auditoria interna, uma vez que o documento faz menção somente
294 a Técnico-administrativos das classe C, D e E. Destacou que seria interessante, especialmente para fins
295 de avaliação das atividades fim do Instituto, a participação de um docente na referida equipe,
296 sugerindo que o documento, pelo menos, deixe essa possibilidade. Ele reforçou várias questões
297 apontadas pelo relator do documento. A Senhora Leiliane comentou que na Fundação Universidade
298 Federal de Rondônia – UNIR, o chefe da auditoria é um docente. Destacou, porém, que não saberia
299 informar quanto à base legal disso. O Professor Sílvio mencionou as vedações do auditor contidas no
300 Regimento do Instituto Federal Farroupilha, que considera interessante acrescenta-las ao regimento da
301 auditoria interna do IFRO. A Senhora Leiliane concordou que caberia inserir a possibilidade da
302 participação de docentes na equipe da auditoria e as vedações ao cargo de auditor, incluir ainda a
303 sustentabilidade ambiental. O Professor Uberlando sugeriu aos demais conselheiros que
304 encaminhassem as sugestões ao relator, para que o mesmo, juntamente com o Professor Sílvio e a
305 auditora Leiliane, elabore a nova minuta do regimento, que deverá ser apresentada na próxima reunião
306 para apreciação pelo Conselho. O Professor Osvino apresentou o seu parecer sobre o relatório de
307 gestão do IFRO, exercício de dois mil e quatorze, item três ponto seis da pauta. O relator fez a leitura
308 do histórico do processo, informando que a data final para apresentação desse documento ao TCU é
309 ate o dia trinta de abril, mas que o mesmo já foi pré-aprovado pela CGU, e que no mesmo são
310 apresentadas muitas tabelas, com suas respectivas explicações, contendo dados retirados dos nossos
311 sistemas de informação e do SISTEC. Informou que há uma resolução do TCU que define a estrutura
312 que o documento deve seguir, e que o relatório submetido ao Consup está em consonância com aquela
313 resolução. Ele ressaltou que o relatório de gestão será um documento que dará transparência das
314 informações à comunidade. Informou ainda que a Prodin criou um site específico para o relatório de
315 gestão, onde todos puderam acompanhar, e fizeram sugestões, em tempo real a construção do
316 documento. Citou que as tabelas e os quadros estão claros e de fácil entendimento. Estão muito bem
317 elaborados. O relator constatou, no entanto, a existência de alguns quadros em branco, por exemplo, o
318 quadro dez ponto um. O Senhor Gilberto Paulino da Silva, pesquisador institucional e em exercício na
319 Prodin, foi esteve presente à reunião e esclareceu que serão incluídas as palavras “não se aplica” ao
320 item que o Professor Osvino informou estar em branco. O relator recomendou que as tabelas fossem
321 devidamente preenchidas, e que fosse feita, também, a correção ortográfica do texto apresentado. Para
322 esses requisitos em que será inserida a informação “não se aplica” à gestão de dois mil e quatorze, o

323 Senhor Gilberto confirmará uma informação com a Proplad, que é a Pró-Reitoria responsável pela
324 avaliação da logística do Instituto. O Professor Osvino percebeu que a preocupação do TCU é
325 justamente a evasão escolar, e concorda que, realmente, a evasão média de vinte e seis por cento
326 constatada no IFRO é bem preocupante. O Professor Uberlando comentou que esse índice, com base
327 no Termo de Acordo e Metas assinado entre os Institutos Federais e a SETEC/MEC, no início da
328 implantação dessas instituições, deveria girar em torno de dez por cento. Informou, ainda, que já
329 solicitou à Proen que, juntamente com as diretorias de ensino dos Câmpus, propusessem e iniciassem
330 ações para melhorar esses índices, especialmente a redução da evasão. O Professor Uberlando
331 informou que a Universidade Federal do Recôncavo Baiano cedeu dois técnicos com formação na área
332 de Segurança no Trabalho para virem a Rondônia e elaborarem, no período de por duas semanas, o
333 laudo ambiental para regularização da concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade no
334 IFRO, e resolver situação pendentes, como era o caso de alguns laboratórios de química, que
335 aguardam, desde dois mil e doze, a realização desse laudo. Ao acrescentar mais um informe, o
336 Professor Uberlando compartilhou que a SETEC/MEC enviou um ofício ao IFRO, convocando o
337 Instituto para, em reunião no dia quatorze de maio, em Brasília, tratar com a Secretaria de Educação
338 Superior – SESu, a SETEC, a AGU e a UNIR sobre os professores de Ensino Básico, Técnico e
339 Tecnológico - EBTT que estão no quadro da UNIR. Citou que, desde dois mil e onze, aquela
340 Universidade quer que esses professores sejam redistribuídos para o IFRO, alegando que os mesmos
341 estão em desvio de função. Informou que o IFRO poderá recebê-los, desde que haja uma justificativa
342 para isso, e que essa redistribuição não implique em redução do quantitativo de vagas que o Instituto
343 tem pactuado com o MEC. O Senhor Tiago Lins informou que esses professores procuraram o
344 Sinasefe para auxiliá-los nessa questão. Em sequência à pauta, o Professor Miguel apresentou o seu
345 parecer sobre o Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Curso da Pós-Graduação, item três
346 ponto sete. Ele deu parecer favorável a aprovação do documento, destacando, no entanto, a
347 necessidade de alteração na redação do Artigo vinte e nove e a supressão do trecho que faz referência
348 ao inciso III, do artigo quarenta e sete, os quais não existem no documento. O documento dita quais as
349 possibilidades de áreas de atuação, e considera que ficou um documento bem completo. O Documento
350 foi aprovado por unanimidade, exigindo-se, contudo, a realização da alterações recomendadas pelo
351 relator. O item três ponto oito da pauta, que tratava do Regulamento da Política de Pós-Graduação do
352 IFRO, também foi relatado pelo Professor Miguel. O relator, ao considerar que o IFRO está em
353 Rondônia desde dois mil e oito, destacou a necessária da aprovação de uma política de pós-graduação
354 no Instituto, uma vez que, para a implementação de ações de pós-graduação do Instituto, há a
355 necessidade de essa política estar aprovada pelo Consup. Desse modo, o relator apresentou parecer
356 favorável à aprovação da proposta, destacando a necessidade de se fazer as seguintes adequações no
357 mesmo: suprimir o artigo quatorze, pois assegurar a distribuição de funções gratificadas (FG) e cargos
358 de direção (CD) neste regulamento não se faz necessário, uma vez que a criação de CDs e FGs
359 depende de dotação orçamentária proposta pelo ministério do planejamento; Alterar a redação do
360 artigo dezesseis, que deverá ficar com a seguinte redação: “O coordenador de curso ou programa de
361 Pós-Graduação deverá receber o mesmo tratamento dispensado a coordenadores de cursos de
362 licenciaturas ou similares, conforme legislação vigente”, assim, suprimindo o trecho “...incluindo o
363 pagamento de Função de Coordenação de Curso – FCC”, pois a Lei 12.677, em seu artigo sete, deixa
364 claro que somente coordenação de curso *stricto sensu* podem receber FCC. Desta forma, caso haja
365 modificação na lei que beneficiou também as coordenações de cursos *lato sensu*, estas já estarão
366 contempladas com a nova redação. O Professor Uberlando contextualizou os CDs e FGs, quando
367 foram criados os Institutos Federais, vários modelos de organograma foram definidos, mas
368 respeitando-se os cargos e funções das instituições já existentes (CEFETs, Escolas Agrotécnicas e
369 outros), e, quando necessário, fazendo o acréscimo nas quantidades destes. Por essa razão, na estrutura
370 organizacional do Câmpus Colorado do Oeste existem mais funções do que nos demais Câmpus do

371 IFRO. Salientou que essa diferença entre os modelos tem causado conflitos, pois, na prática, para a
372 mesma função, é concedida uma gratificação diferente, gerando insatisfação entre os servidores que
373 recebem os valores menores. Enfatizou que uma das dificuldades encontradas para resolver essa
374 situação é que nem o governo federal nem o congresso nacional estão dispostos a criar mais cargos e
375 funções. Informou, no entanto, que, pelo fato de essa situação estar ocorrendo em todos os Institutos,
376 está sendo discutida pela SETEC/MEC e CONIF uma reestruturação dos modelos organizacionais dos
377 Institutos Federais de Educação, aproveitando-se as funções já existentes. Em sequência à votação do
378 Regulamento da Política de Pós-Graduação, o Conselho o aprovou por unanimidade. O Senhor Tiago
379 Lins relatou o item três ponto nove da pauta, que tratava sobre o Plano Diretor de Tecnologia de
380 Informação (PDTI) do IFRO. Ele leu seu parecer e votou pela aprovação do documento, com as
381 ressalvas de que a planilha que especifica o quantitativo de itens a serem adquiridos, informados pelas
382 unidades deveria ser atualizada, em um prazo máximo de onze dias, vencendo o prazo no dia oito de
383 maio. Essa solicitação tomou corpo logo após conversa com a diretoria de TI, que informou a
384 necessidade de atualização, visto que alguns Câmpus encaminharam novas demandas após o
385 fechamento do prazo para envio. O Senhor Fábio Mamoré Conde, Diretor de TI do IFRO, fez uma
386 explanação sobre a estrutura do PDTI, conforme a estrutura sugerida pelo TCU, que conta com área de
387 governança de TI. O Professor Uberlando esclareceu que para a área de TI é realizada uma auditoria
388 específica, em obediência à legislação que trata da área, de modo que todas as aquisições de essa área
389 devem ser aprovadas pelo Consup. O Professor Sílvio comentou sobre o item cinco, que trata da
390 Gnuteca e da aquisição de dois leitores óticos. A bibliotecária entendeu que a Proen, juntamente com a
391 TI, deveria fazer essa previsão no PDTI, o que não ocorreu. O Senhor Fábio disse que essa é uma
392 consideração importante para elaboração de termo de referência. O Professor Miguel considerou
393 importante incluir no Plano a aquisição de uma impressora 3D e a contratação de serviço de
394 manutenção de telefonia, serviço demandado em todos os Câmpus. O Professor Osmino solicitou,
395 então, um prazo para que os Câmpus reavaliassem suas demandas nessa área. O Conselho aprovou o
396 PDTI com a edição da nova tabela a ser elaborada pela DGTI, e, para as novas demandas que se
397 apresentarem, a DGTI enviará posteriormente o documento para aprovação pelo Consup. Na
398 sequência, passou-se ao item três ponto dez da pauta, referente à Avaliação do Projeto Pedagógico do
399 Curso de Pós-graduação *Lato sensu* em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e
400 Tecnológica – EPCT, cujo relator foi o Senhor Tiago Lins. Ele apontou a necessidade de se alterar a
401 carga horária e algumas disciplinas contidas no PPC, a fim de reduzi-las, pois são excessivas horas
402 para uma pós-graduação. Ele leu o histórico e considerou em seu parecer que o projeto é relevante e
403 contribuirá para o atendimento de importante demanda formativa da Instituição. Carece, contudo, dos
404 seguintes ajustes: **um** - Atualização da demanda pelo curso, informando a quantidade de servidores do
405 Câmpus Porto Velho Calama e de servidores das demais Unidades do IFRO que têm necessidade e
406 interesse em realizar o curso, pois os dados apresentados estão desatualizados; **dois** - Página 195v:
407 Atualizar dados sobre a Instituição. Atualizar endereço institucional. Atualizar o nome da
408 coordenadora de pós-graduação do Câmpus Porto Velho Calama; **três** – na página 197: Acrescentar a
409 palavra “Calama”, no Câmpus ofertante. Verificar com a coordenadora do curso indicada no projeto se
410 ela terá disponibilidade para exercer a função, uma vez que a professora encontra-se, no momento,
411 fora do Brasil. O diretor do Câmpus poderá indicar novo coordenador ou propor data de início
412 posterior ao retorno da coordenadora indicada; **quatro** – na página 207: Em relação à atuação do
413 professor do Câmpus Ji-paraná, como docente indicado para a disciplina “História, legislação e
414 política EPT no Brasil”, reconhecemos sua competência, porém, recomenda-se atenção quanto ao
415 valor das despesas com diárias e passagens, e sugeriu a designação de um professor do próprio
416 Câmpus Porto Velho Calama para ministrar a referida disciplina. Nesse caso, deverão ser reduzidos da
417 previsão orçamentária (p. 210), os sete mil trezentos e quarenta reais previstos com as despesas de
diárias e passagens, observando o princípio da economicidade e o total de recurso previsto para toda

419 formação, que é de dez mil setecentos e noventa e oito reais; **cinco** – na página 206v: A revisão da
420 carga horária da disciplina “Projeto de intervenção e melhoria da prática docente em EPCT”, que
421 consta de cento e vinte horas, sendo quarenta de aulas teóricas e oitenta de prática. O relator salientou
422 que a disciplina é de grande relevância, mas que a carga horária exaustiva poderá levar à evasão dos
423 alunos do curso. Além disso, no plano de ensino da disciplina não é mencionado como serão
424 ministradas as oitenta horas de atividades práticas. Recomendou, então, a redução da carga horária
425 dessa disciplina e a definição de quais intervenções serão feitas, de que tipo, onde e com quais
426 propósitos, otimizando, assim, o tempo do curso de especialização; **seis** - ainda na página 206v, o
427 relator recomendou a ampliação da carga horária da disciplina “Trabalho de conclusão de curso e
428 seminário”, uma vez que a elaboração de um TCC é uma atividade complexa e demanda mais do que
429 20 horas de prática, conforme proposto no projeto à página citada. Questionou se o Seminário não
430 poderia ser uma atividade pedagógica específica, à parte da disciplina TCC. Um momento especial
431 para apresentação e discussão das pesquisas desenvolvidas, com um tempo maior para
432 amadurecimento e debate, podendo ser coordenado por professor específico, envolvendo, desse modo,
433 maior número de docentes do Câmpus no curso se pós-graduação; **sete** – na página 210: Refazer
434 cronograma do curso; **oito** – na página 216v: Verificar Plano de Ensino da disciplina “Didática e
435 Planejamento de Ensino”. A carga horária, trinta horas, é inferior ao previsto anteriormente no projeto,
436 cinquenta horas e o Plano não define como serão ministradas as dez horas de atividade prática; **nove** –
437 na página 217v: A disciplina “Avaliação do Ensino e da Aprendizagem” não consta na matriz de
438 disciplinas do projeto (p. 32). Recomendou incluir na matriz, revendo a carga horária total do curso,
439 ou excluir seu Plano de Ensino do PPC; **dez** - Página 218: Também a disciplina Psicologia da
440 Aprendizagem está com carga horária de vinte horas, aquém do previsto da matriz curricular do
441 próprio projeto que é de trinta horas. Solicitou a adequação em conformidade com a matriz, ou a
442 alteração da matriz; **onze** – na página 219v: Definir, no Plano de disciplina, como serão ministradas as
443 10 horas de atividades práticas previstas na Matriz do curso e uniformizar o título da disciplina com o
444 da matriz curricular. O projeto conta com apenas um doutor, da área de fitotecnia, sendo de outra
445 instituição de ensino parceira, a UNIR. É notório o conhecimento e o potencial de contribuição do
446 professor, porém não se vê no projeto a presença de nenhum dos professores doutores do Câmpus
447 Porto Velho Calama, os quais possuem experiência em EPCT. Recomendou, então, a atualização do
448 quadro de professores do Câmpus Calama que podem contribuir com curso em virtude da ampliação
449 do número de professores titulados em diversas áreas no período. Verificar a possibilidade de redução
450 da carga horária do curso que está dimensionada em quatrocentos e setenta horas. Informou que, se
451 forem atendidas as recomendações e solicitações acima expressas, o curso tem condições de ser
452 ofertado. O parecer, portanto, é de que o projeto seja devolvido ao Câmpus interessado para que este
453 possa efetuar as devidas adequações consideradas necessárias, podendo posteriormente ser aprovado
454 pelo Consup. O Professor Osmino sugeriu que as oitenta horas destinadas a atividades práticas sejam
455 desenvolvidas na área de supervisão escolar. Ele votou pela alteração da matriz, recomendando,
456 também, a devolução do PPC ao Câmpus, para as devidas adequações. Após votação pelo conselho,
457 por conter muitos erros, o projeto foi rejeitado. Passou-se ao item três ponto treze da pauta, referente à
458 Política de Desenvolvimento de Coleções e Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas do IFRO.
459 O Senhor Carlos Renato foi o relator do processo. Ele leu o histórico do processo, informando ao
460 Conselho que o documento foi confeccionado de maneira objetiva, mas que, no entanto, recomendava
461 as seguintes alterações: **um** - no item 3. DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES, subitem 3.2.3
462 SELEÇÃO QUALITATIVA, onde diz: “Com o objetivo de garantir a qualidade do processo de
463 seleção do acervo bibliográfico, recomenda-se observar: a), b), e c), Acrescentar item d) que os projeto
464 Pedagógico dos Cursos (PPC) aprovados em todas as instâncias institucionais e cursos de pós-
465 graduação em fase de reconhecimento, credenciamento ou credenciamento sejam referência para
466 aquisição de bibliografias; **dois** - no subitem 3.2.4.5. PERIÓDICOS, correção do texto onde diz: A

467 Biblioteca deve realizar uma avaliação da coleção de periódicos correntes “a” por “em” intervalos
468 regulares; **três** - no anexo Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas, no capítulo I, acrescentar
469 quem estará sujeito ao regulamento, podendo fazer a inclusão de artigo ou parágrafo: “Ficam sujeitos a
470 este regulamento todos os usuários das comunidades internas e externas das bibliotecas do IFRO”;
471 **quatro** - no anexo Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas, Seção VII, no título onde diz: “Do
472 Setor de Empréstimo”, corrigir para do “Setor de Hemeroteca”. Foram propostas pelos conselheiros as
473 seguintes alterações: Na Minuta da Política de Desenvolvimento de Coleções.3.3.2. item d – retirar o
474 termo “melhor no assunto”. No Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas, Artigo 6º –
475 funcionamento em dias úteis, alterar para dias letivos. No artigo 19 II – remover a expressão “exceto
476 computador”. No artigo 43, parágrafo único, trocar o “e” de “pessoal e de entretenimento” por um
477 “ou” “pessoal **ou** de entretenimento”. Na numeração dos capítulos, foi pulado o número XI (do
478 capítulo X vai direto para o capítulo XII). O Parecer do relator é favorável à aprovação do documento,
479 desde que sejam consideradas as alterações acima sugeridas. A Professora Angélica sugeriu que
480 deveria constar no regimento casos de danos, perdas, extravios, substituição e reposição a exemplares.
481 O Professor Sílvio sugeriu que os títulos que não são mais de interesse de um determinado Câmpus
482 sejam ofertados aos demais Câmpus, antes de efetuar o seu descarte, pois poderá ser de interesse dos
483 demais Câmpus por manter esse patrimônio na Instituição. Ele mencionou a questão do horário de
484 funcionamento das bibliotecas, que deveria contemplar todos os dias letivos, visto que há aulas nos
485 sábados letivos. A professora Angélica considerou que, no período de férias, a biblioteca precisaria
486 fazer a retenção do material didático porque os professores o utilizam para elaboração das aulas. O
487 Senhor Vanderlei apontou que os bolsistas, ou grupos de pesquisam, também precisam da biblioteca
488 no período de férias. O Conselho votou por mudar a redação para dias úteis e dias letivos. O
489 documento foi aprovado com ressalvas. O Professor Sodrê foi o relator do item três ponto doze, o
490 Cadastro de Interesse de Remoção. Informou que esse foi um processo célere, aprovado *ad*
491 *referendum* pelo presidente do Consup, e que está sendo submetido para aprovação pelo Consup. Ele
492 leu em seguida o histórico do mesmo. O relator solicitou que fosse realizada a revisão de texto e a
493 correção onde aparece “Consulp” para o correto, que é Consup. O Professor Uberlando falou sobre o
494 processo e apresentou a justificativa para o mesmo ter sido aprovado *ad referendum*: informando que
495 já havia uma demanda de vinte por cento de servidores querendo mudar local de trabalho. O Cadastro
496 foi aprovado por unanimidade pelo Conselho. O Senhor Tiago Lins informou sobre a flexibilização da
497 jornada de trabalho dos servidores do IFRO para trinta horas semanais, enfatizando que há uma
498 comissão trabalhando para elaborar a minuta, a qual será consolidada pela comunidade por meio de
499 consulta pública, juntamente com a Senhora Débora e os Câmpus. O Professor Uberlando comentou
500 sobre a Resolução IFRO nº 51/2012, que trata da flexibilização da jornada de trabalho dos TAEs,
501 destacando que os Câmpus já podem solicitar a flexibilização em alguns setores, e que a nova
502 resolução, que já está em elaboração para normatizar a flexibilização em todo o Instituto. Ainda como
503 informes, o Professor Uberlando citou que o IFO assinou um termo de cooperação com Enap, pelo
504 qual o Instituto ofertará cursos em parceria com aquela Escola de Governo, para capacitação de
505 servidores públicos do IFRO e de outras instituições/órgão públicas/os em atuação no Estado.
506 Informou que os ministrantes dos cursos serão pagos pela ENAP e que, ao IFRO, caberá somente o
507 custeio das diárias e passagens, caso os ministrantes não residam no município onde os cursos serão
508 ofertados, e a impressão do material didático utilizado nos cursos. Informou que servidores do IFRO
509 serão capacitados pela ENAP para atuarem como multiplicados (ministrantes) nos cursos, de modo a
510 reduzir as despesas com diárias e passagens. Nesse momento de contenção de custos, é a situação
511 ideal, reduzindo-se os custos com as diárias e passagens para capacitações individuais, em que o
512 servidor se desloca para outros Estados e/ou regiões, com custos elevados e retornos nem sempre
513 significativos para a Instituição ou para o servidor. A meta é otimizar os recursos de capacitação.
514 Outro ponto a informar é quanto as eleições para diretores-gerais dos Câmpus Zona Norte, Calama,

515 Cacoal, Ariquemes e Vilhena serão realizadas no segundo semestre de 2015 e que a Reitoria já fez
516 uma consulta à SETEC/MEC sobre o assunto. O Conselho deliberou sobre o cronograma de suas
517 reuniões, que serão bimestrais, conforme definidas no regimento do Conselho, preferencialmente, às
518 terças-feiras, e imediatamente após reunião do CONIF, para que as informações sejam repassadas ao
519 Conselho. Caso haja matéria urgente para análise pelo Consup, será convocada reunião extraordinária.
520 Por fim, o Presidente do Conselho agradeceu aos conselheiros presentes pela participação na reunião,
521 encerrando, em seguida, a reunião. Eu, Flávia Cristina do Nascimento Anziliero, secretária executiva,
522 lavrei a presente ata que segue por mim assinada, bem como pelos conselheiros que compuseram esta
523 reunião.